

O MERCOSUL E A EDUCAÇÃO BÁSICA

Célio da Cunha*

Tradicionalmente, a cooperação entre os países, em matéria de educação, ciência, tecnologia e cultura, tem ocorrido predominantemente no ensino superior de graduação e na pós-graduação. As universidades, sobretudo, são as instituições que mais se têm beneficiado da cooperação internacional. No que se refere à educação básica, a cooperação entre os países da América Latina tem sido inexpressiva ou até mesmo inexistente. A proximidade geográfica e as fronteiras comuns não têm sido suficientes para o desenvolvimento da integração desejada. Os nossos estudantes do ensino fundamental e médio chegam a conhecer mais a geografia, a história, a literatura e as artes de outros continentes e culturas, como a Europa e os Estados Unidos, do que as da América Latina.

A criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), um pacto regional para o fortalecimento econômico dos países do Cone Sul — Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai —, começa a constituir-se na condição básica, até então ausente, não somente para a integração econômica, como também para o conhecimento recíproco das identidades e das diferenças tão necessário para uma

* Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), diretor de Estudos do SPE/MEC e professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB).

Em Aberto, Brasília, ano 15, n.68, out./dez. 1995

integração mais autêntica e legítima, em todas as suas dimensões, e voltada para a pluralidade da região.

No contexto do Mercosul, a aprovação do Plano Trienal de Educação 1992-1994 apresentou-se como uma perspectiva de indiscutível alcance cultural e educacional. Esse Plano não se limitou ao aspecto mais imediato e necessário da transferência de estudantes e do exercício profissional. Ele foi mais longe, incluindo objetivos transcendentais de formação de uma consciência social favorável ao processo de integração e à aprendizagem dos idiomas oficiais do Mercosul (Espanhol e Português). Especificamente em relação à educação básica (ensino fundamental e médio), as linhas de trabalho preconizadas contemplaram temas importantes, dentre os quais destacam-se a atualização de currículos segundo as demandas do Mercosul, a educação de adultos e sua vinculação com o trabalho, as experiências descentralizadoras de gestão educacional, a educação continuada de professores e as ações que ampliem a equidade nas políticas educacionais, tendo em vista as camadas desfavorecidas da população. (Uruguay, 1992, p.29-30).

Os temas contemplados pelo Plano Trienal para o Setor Educação são relevantes para os objetivos econômicos desse pacto regional, bem como para a sua dimensão educativa. O princípio da equidade nele presente significa que se tornou cada vez mais urgente assegurar a todos, sem nenhum tipo de discriminação, os conhecimentos que se tornaram indispensáveis a uma participação lúcida nos cenários crescentes da globalização ou mundialização, não apenas das relações econômicas, como também das relações sociais.

Para a operacionalização dos propósitos do Plano Trienal, dois mecanismos foram criados: um em nível técnico — o Comitê Coordenador Regional —, integrado por especialistas dos ministérios da educação dos países do Mercosul, e outro em nível político, a Reunião de Ministros da Educação. Ambos os colegiados têm se reunido regularmente. Os resultados do trabalho do Comitê Coordenador Regional servem de sustentação à decisão política dos ministros. A experiência do Plano Trienal pode ser considerada positiva, pois inúmeras reuniões e eventos foram promovidos e vários projetos executados. A metodologia adotada tem sido a de coordenação alternada — cada ano a cargo de um país —, estratégia que vem permitindo um efetivo envolvimento dos ministérios da educação.

Alguns avanços já podem ser creditados ao Plano Trienal. O ensino dos idiomas do Mercosul (Espanhol e Português) começou a ser incentivado pelos países do Pacto, e o Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio (não-técnico) foi firmado em agosto de 1994, em Buenos Aires, de modo a favorecer os processos de transferência de alunos de um país para outro. Destacam-se, também, os estudos iniciados sobre os conteúdos mínimos para uma história e geografia da integração regional para serem adotados pelos quatro países, abrindo novas perspectivas e "possibilidades para a consolidação das raízes históricas dos países, que serão a base para uma real integração. Conhecer e compreender a história e a geografia de povos que se unem num Mercado Comum representam esforço muito importante na busca de opções que levem a uma convivência marcada pela tolerância e pela compreensão".(Paraguay, 1995, p.33).

A experiência acumulada nos anos iniciais do Plano Trienal (e sua prorrogação até o final de 1997, decidida pela Reunião de Ministros realizada em Ouro Preto, em dezembro de 1994) contribuiu para que, em março de 1996, os ministros da educação, com o objetivo de consignar novos avanços, assinassem outro documento intitulado *Mercosul 2000 — Desafios e Metas para o Setor Educacional*, onde se reconhece a necessidade de colocar em execução "políticas de impacto direto nos cenários desenhados por nossas sociedades, de tal maneira que promovam respostas adequadas às necessidades e expectativas diversificadas dos povos da região".(Mercosul 2000,1996). *OMercosul 2000* admite que "as particularidades de nossa região e, principalmente, a base cultural comum tornam possível e conveniente uma ação integral que contemple tanto a atenção às questões do conjunto regional quanto o cuidado com os problemas específicos dos sistemas nacionais"(idem).

Conceitualmente, o *Mercosul 2000*, valendo-se dos resultados da primeira fase do Plano Trienal, avança em relação aos documentos anteriores, pois reconhece a essencialidade da educação de qualidade, "uma demanda inadiável, na medida em que as novas características da sociedade global acentuam o papel central que cabe à educação em todo o processo de desenvolvimento"(ibidem). A primeira vista, esta afirmação pode levar à conclusão de que o *Mercosul 2000* estabelece o primado do fator econômico, pois seu objetivo é a formação de um bloco regional de mercados. Todavia, o documento teve a preocupação de estabelecer um indispensável equilíbrio ao enfatizar, também, que "a melhoria da qualidade deve, outrossim, valorizar a riqueza do nosso patrimônio cultural, que, por si só, constitui um valioso

instrumento para o desenvolvimento do indivíduo, garantindo uma vida melhor e mais plena"(Mercosul 2000, 1996).

Esta dimensão cultural do *Mercosul 2000* é de extrema importância, pois conduz a uma indissociabilidade entre educação e cultura na formulação da política educacional, assegurando, desta forma, uma concepção humanística do processo educativo.

Por outro lado, o *Mercosul 2000*, em termos de educação básica, possui maior clareza incorporando teses consensuais, como a necessidade de se avançar na descentralização e autonomia escolar, na transformação da organização e da gestão de instituições escolares, na formação continuada dos docentes, na renovação curricular, na incorporação de materiais e equipamentos renovadores, na articulação da educação ao mundo do trabalho e da produção e na instalação de uma cultura avaliativa dos sistemas educacionais.(Mercosul 2000, 1996)

Certamente, na medida em que a agenda do Plano Trienal foi substantivada com novos conceitos e temas, o esforço dos ministérios da educação dos quatro países terá de ser bem maior, o que significa a redefinição das estratégias de atuação, tanto do Comitê Coordenador Regional quanto da Reunião de Ministros. O compromisso firmado pelo *Mercosul 2000* deverá ensejar um maior envolvimento, no caso da educação básica, das diversas instâncias e setores da política educacional, sem o que dificilmente seus objetivos serão atingidos.

A primeira condição para isso é a progressiva incorporação das teses do Mercosul nas políticas e nos programas de educação bá-

sica dos diversos países em todos os níveis da administração educacional, a começar pela própria finalidade do processo educativo, lembrando que é fundamental estabelecer fins e objetivos que se vinculam às características de uma determinada civilização—no caso o mundo latino—e em especial no seu desdobramento ibero-americano. Os estudos elaborados sobre os conteúdos mínimos de Geografia e História podem ser um passo importante. Além disso, os fatores culturais, em toda a sua complexidade, precisam ser investigados, havendo necessidade de se apoiar projetos integrados de pesquisa, com vista a melhores e mais sólidos conhecimentos sobre a "base cultural comum" a que se refere o *Mercosul 2000*. A rigor, "as particularidades de nossa região" precisam ser explicitadas para poderem chegar à sala de aula.

Nesta linha de raciocínio, o livro didático constitui um instrumento estratégico. Deveriam ser incentivadas reuniões de editores de livros didáticos dos países do Mercosul, com a presença de autores e especialistas. Inúmeros conteúdos curriculares poderiam de comum acordo ser incluídos. No caso do ensino de Literatura, por exemplo, dispõe a América Latina de autores de nível internacional, existindo enorme espaço e potencialidade para a inclusão, no cotidiano do processo didático das escolas, das melhores expressões do romance e da poesia latino-americana. Penetrar a intimidade do melhor de nossa ficção é começar a entender o que há de mais marcante na ossatura do ser-latino-americano. O projeto pedagógico da escola pode dar uma enorme contribuição nessa direção.

Ponto importante dessa estratégia cultural de integração é o ensino e a aprendizagem dos direitos humanos e da ética. A

América Latina, depois de um longo período de lutas contra o autoritarismo e a corrupção, busca um novo patamar civilizatório, colocando como reivindicação prioritária o respeito aos direitos humanos e à equidade social, de forma a possibilitar a construção de um novo padrão ético. A escola básica latino-americana tem um papel importante a cumprir. É certo que ela, por si só, não poderá operar milagres, mas pode ser um ponto de partida essencial na exata medida de sua influência na formação e no desenvolvimento da personalidade da criança e do adolescente. Acrescente-se ainda que, como em alguns países o jovem aos 16 anos já se torna um eleitor, a inclusão, nos conteúdos curriculares, de conhecimentos sobre política e cidadania destaca-se como relevante, já que a integração política constitui um dos objetivos centrais da integração regional.

Para que a escola, em toda a extensão da comunidade escolar (professores, alunos, pais e responsáveis), se envolva nos objetivos educacionais pretendidos pela política educacional do Mercosul, torna-se indispensável que ela conheça e discuta os alcances econômicos e sociais desse bloco regional. Para tanto, sobressai como urgente a produção de materiais informativos destinados aos professores, seguida de sugestões para a inserção do Mercosul no projeto da escola. Atualmente, as escolas mal conhecem o Mercosul, quando o conhecem. Os materiais informativos devem ser preparados em linguagem acessível às etapas, aos graus e às modalidades da educação básica, de forma a concorrer para o surgimento do sentimento de solidariedade e vontade de conhecer e estudar a história e a cultura dos países da América Latina. Apesar de possuírem culturas diferentes, é possível e necessário a instauração, entre as nações do Mercosul, de um processo democrático de debates, onde "não seja imprescindível para conseguir dialogar,

ser necessariamente idêntico" (Ruben, 1994, p.63). Na construção desse processo, as universidades da região podem dar uma contribuição ímpar, na medida em que elas se colocarem à disposição das escolas básicas para assessorar a inclusão, no currículo, de temas considerados relevantes para a integração, com a conseqüente organização de programas de educação continuada de professores, preferencialmente em serviço.

Essa estratégia poderá ser fortalecida mediante a utilização das modernas tecnologias educacionais (televisão, rádio, computação, sistema Internet...). A televisão educativa, por exemplo, com o programa "Um Salto para o Futuro" e, mais recentemente, a arrojada experiência da TV Escola, tem condições de atender às demandas da política educacional do Mercosul. Boa parte dos programas, sendo de interesse comum, pode ter concepção conjunta, com Veiculação em Espanhol e Português. Além disso, a televisão educativa pode divulgar experiências inovadoras— de responsabilidade de escolas ou sistemas de ensino — de abordagem curricular do Mercosul. A divulgação de inovações, repercutindo favoravelmente no ambiente escolar, favorecerá o desenvolvimento de sentimento positivo em relação aos objetivos culturais e educacionais estabelecidos em comum. As experiências podem e devem, também, ser divulgadas por revistas especializadas na área da educação, principalmente por aquelas de maior tiragem e penetração nas escolas e no magistério do ensino fundamental e médio. Especial atenção deverá ser dada ao ensino das línguas espanhola e portuguesa. Algumas experiências já começam a dar seus primeiros frutos. Entretanto, pela relevância dessa temática como linha de confluência, estratégias inovadoras podem e devem ser pensadas. A relevância decorre do fato da língua ser um veículo de cultura. O que Rouanet escreveu a respeito do Francês, de que "sempre foi vetor da

respectiva cultura" (Rouanet, 1987, p.316), se aplica também ao Espanhol e ao Português. Com o ensino dessas línguas e da literatura correspondente virá também o estudo de seus escritores mais reconhecidos pela crítica, o que, por si, constitui extraordinário meio para o conhecimento e o entendimento da cultura dos países do Mercosul e de todos os de origem ibero-americana.

A necessidade de estratégias inovadoras a que me referi no parágrafo anterior deve-se à falta de professores em número e qualidade. Sempre que for possível, dever-se-á dar prioridade às escolas localizadas em regiões fronteiriças, nos grandes centros urbanos e nos pólos produtivos do Mercosul. Em algumas situações, a falta de professores poderia ser compensada pela criação de centros interescolares para atender à demanda de diversas escolas. Merece ser examinada a possibilidade de incentivar instituições de ensino de língua espanhola e portuguesa, como as que já existem para outras línguas (Aliança Francesa, Cultura Inglesa, Casa Thomas Jefferson...). Por outro lado, utilizando metodologias não-convencionais de ensino a distância, semipresenciais ou não, poderiam ser organizados cursos por televisão, nada impedindo que as escolas, tanto no ensino fundamental quanto no médio, ofereçam regularmente esses cursos, cuja integralização se dará por uma outra metodologia. Em alguns casos, a universidade pode ser a instituição que lidere a oferta desses cursos. Algumas possuem, inclusive, emissoras de televisão educativa, existindo, assim, a possibilidade de cooperação significativa.

Concomitantemente, haverá de se cuidar da formação de professores. Os cursos de licenciatura são uma alternativa, mas não a única. Outras alternativas, de curto e médio prazo, devem ser pensadas através da cooperação técnica entre os países ibero-

americanos. Seria desejável que as universidades que possuem massa crítica na área oferecessem programas de aperfeiçoamento docente. No caso do Brasil, instituições como a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) têm condições de apoiar alguns projetos, preferencialmente em articulação com as secretarias de educação dos estados.

Por último, o projeto de educação básica do Mercosul, para adquirir dinamismo e avançar, precisa do apoio das demais instâncias da gestão educacional. No Brasil, essas instâncias são as secretarias estaduais de educação, bem como algumas municipais. Sem o concurso desses níveis, o projeto enfrentará dificuldades. Importantes mudanças educacionais estão ocorrendo no âmbito do Mercosul. Além do intercâmbio já iniciado em nível de ministérios da educação, é imprescindível incentivar a cooperação técnica entre os diferentes níveis de execução dessas reformas. Assim, para tornar o processo mais ágil, as secretarias de educação precisam participar do planejamento e da operacionalização dos compromissos firmados, iniciando e dinamizando a articulação com o nível administrativo correspondente dos outros países. Inúmeras atividades, como seminários de professores e dirigentes educacionais sobre as linhas de ação do Mercosul, feiras de Ciências, prêmios educativos, etc, poderiam ser executadas em conjunto. Esse tipo de intercâmbio tem a vantagem de facilitar o diálogo entre as culturas do Mercosul, favorecendo o conhecimento das diferenças, semelhanças e contrastes, condição imprescindível para o estabelecimento de horizontes comuns. No âmbito do Mercosul e da América Latina se aplica um dos principais objetivos da Comunidade Européia, ou seja, há uma identidade que se assenta na diversidade cultural dos países e das regiões e, ao mesmo tempo, na consciência de uma

herança comum.(A União Européia , 1992, p.14). O projeto educacional do Mercosul poderá ajudar a construir esse cenário.

Referências bibliográficas

BRANCO, Lucia Castelo. Segmentação e grande espaço econômico: o processo de redefinição do estado latino-americano em um contexto de integração transnacional. In: ZARUR, G.C.L.(Org.). *Etnia e nação na América Latina*. Washington: OEA, 1992. v.I.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS. *A educação e a formação no horizonte de 1992*. Bruxelas, 1990.

GALLART, M. Antonia, CERRUTTI, M., MORENO, M. *Educación para el trabajo en el Mercosur: situación y desafíos*. Washington: OEA, 1994. 59p.

MERCOSUL 2000: desafios e metas para o setor educacional. Declaração dos Ministros da Educação do Mercosul. Buenos Aires, 1996.

PARAGUAY. Ministerio de Educación y Cultura. *Para una historia y geografía de la integración regional*. Asunción, 1995. 48p.

POWER, Colin N. *La educación y el porvenir*: Unesco: acción mundial en pro de la educación. Paris: Unesco, 1993.

ROUANET, S. Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

RUBEN, Guillermo R. As identidades e nacionalidades latino-americanas no contexto transnacional. In: ZARUR, G. C. L. (Org.). *Etnia e nação na América Latina*. Washington: OEA, 1994. v.I.

SARAVIA, Enrique. *Los sistemas de educación superior en los países del Mercosur*: elementos fundamentales y bases para su integración. Washington: OEA, 1992. 70p.

A UNIÃO EUROPÉIA. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades. *A Europa em movimento*. Luxemburgo, 1992. 51p.

URUGUAY. Ministerio de Educación y Cultura. *Educación y Mercosur*. Montevideo, 1992, 35p.

WEFFORT, Francisco C. Es difícil concebir una cultura sin espíritu crítico. Entrevista. *Confluencia*, Montevideo, n.2, p.26-27, 1996.